

# Edifício Anchieta: formalizando memórias e patrimonializando a arquitetura moderna

Rebeca Domiciano de Paula

**Orientadora: Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAU-USP).**

**Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade 2013-14 e bolsa FAPESP 2014-15.**

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa de iniciação científica que tratou do Edifício Anchieta. Localizado na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação na cidade de São Paulo, o trabalho o tomou como recorte e elemento principal para compreender parte da história urbana e arquitetônica da cidade, configurando-o sob a lógica da preservação patrimonial. O objeto escolhido permite investigar questões importantes da história da cidade de São Paulo, como a aceleração do processo de verticalização, a construção de moradias para os trabalhadores, tais

como aquelas vinculadas ao processo de financiamento do IAPI, além da disseminação do movimento moderno na arquitetura paulista. O trabalho também objetivou contribuir para o conhecimento da trajetória dos arquitetos cariocas do escritório MMM Roberto, autores do projeto do Edifício Anchieta. Buscamos, finalmente, problematizar o edifício como patrimônio arquitetônico e urbano, discutindo sua preservação física e ressaltando sua importância para a cidade de São Paulo a partir da memória dos próprios moradores.

Palavras-chave: Edifício Anchieta; patrimônio; arquitetura moderna.

## The Anchieta Building: formalizing memories and makes heritage at modern architecture

This article analyses the Anchieta Building, located at the corner of Avenida Paulista with Rua da Consolação in São Paulo. We explore it as a model to understand the urban and architectural history of the city, framing the analysis upon the logic of heritage preservation. The chosen object allows us to address important issues regarding the city of São Paulo, as the vertical growth, the construction of housing for workers, such as those related to the IAPI funding process, and the spread of the modern architecture movement in São Paulo. This study also aims to contribute to the knowledge of the trajectory of the MMM Roberto office, from Rio de Janeiro, which were the authors of the Anchieta building project. Finally, we seek to present the Anchieta building project as architectural and urban heritage, discussing its physical preservation and emphasizing its importance to São Paulo.

Keywords: Anchieta Building; heritage; modern architecture.

## Edifício Anchieta: formalizando memórias y patrimonializando la arquitectura moderna

El presente artículo está fundamentado en una investigación de iniciación científica que abordó el Edifício Anchieta. Ubicado en la esquina de la Avenida Paulista con la Rua da Consolação, en la ciudad de São Paulo, teniendo como recorte y elemento principal para comprender parte de la historia urbana y arquitectónica de la ciudad, de acuerdo con la lógica de la conservación patrimonial. El objeto elegido permite investigar cuestiones importantes con respecto a la ciudad de São Paulo, como la aceleración del proceso de verticalización, la construcción de viviendas para los trabajadores, como las vinculadas al proceso de financiamiento del IAPI, además de la diseminación del movimiento de la arquitectura moderna en São Paulo. Este estudio también tiene como objetivo contribuir al conocimiento de la trayectoria de los arquitectos cariocas de la oficina MMM Roberto, autores del proyecto de construcción de Anchieta. Buscamos, finalmente, problematizar el edificio como patrimonio arquitectónico y urbano, discutiendo su relación de la preservación física, enfatizando su importancia para la ciudad de São Paulo a partir de la memoria de sus propios habitantes.

Palabras clave: Edifício Anchieta; patrimonio; arquitectura moderna.

## 1. INTRODUÇÃO

Valorar um objeto, conformar sua preservação ou mesmo indicar sua importância enquanto patrimônio é uma forma de materializar o passado. No entanto, a busca de um elemento arquitetônico que resida na história e levantar suas condições patrimoniais e de tombamento não configura a necessidade de demarcação museológica do objeto no espaço, e sim considera a divulgação do passado, atrelado à noção de pertencimento urbano, como forma de ressaltar a potencialidade moral e pedagógica daquele item perante o coletivo (RODRIGES, 2000).

O Edifício Anchieta traz em sua arquitetura marcas do tempo no qual foi projetado e construído e é um recorte importante da narrativa da história da cidade de São Paulo e da arquitetura moderna. Essa característica, somada às memórias de seus residentes, possibilitou preencher parte das lacunas da história da edificação e do trecho da cidade a sua envoltória, para além das documentações e dos trabalhos de pesquisas existentes até o momento, pontuando importantes temas da história da cidade, como a aceleração do processo de verticalização, a construção de moradias para trabalhadores — tais como aquelas vinculadas ao processo de financiamento da moradia por meio do Estado —, além da disseminação do movimento moderno na arquitetura paulista.

A relevância desses estudos tem relação com os debates sobre a possível preservação patrimonial do objeto, o que inseriu o edifício no atual e intenso debate sobre a preservação da arquitetura moderna e da habitação social. Neste trabalho, o Edifício Anchieta foi analisado como elemento que permite a compreensão de uma nova perspectiva sob as formas de valoração de um bem dentro da arquitetura e do campo do patrimônio. Uma investigação que não buscou o isolamento do objeto, que o coloca como relíquia comprovatória do passado, mas procurou posicioná-lo sob o imaginário histórico com o tempo e o espaço relacionados à cidade de São Paulo — principalmente sob o imaginário

dos próprios moradores — através da cronologia, iluminando assim sua historicidade (acúmulo do tempo).

Tendo como base o inventário do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil<sup>1</sup>, a pesquisa buscou investigar os modelos de moradia propagados pelo movimento moderno internacional para habitação mínima, bem como sua interpretação e apropriação no Brasil. Esse artigo, por sua vez, expõe o Edifício Anchieta como um exemplo de moradia dentre os diversos casos analisados pelo grupo, e também aponta a particularidade do edifício na implantação habitacional financiada na cidade de São Paulo.

Tomar o inventário como início da pesquisa condicionou o olhar e permitiu uma melhor visualização do contexto temporal, incluindo as práticas do mercado habitacional no qual o edifício está inserido. Esta fonte possibilitou também, através do estudo dos desenhos técnicos e análise de algumas das habitações sociais do mesmo período, criar um campo para contextualização formal do edifício no âmbito do movimento moderno e do contexto político habitacional na cidade.

A pesquisa que fundamentou este artigo procurou se ater à própria arquitetura como fonte do estudo, usando como fonte primária desenhos existentes e fazendo uso do redesenho de plantas como método de levantamento de material (devido à defasagem das informações originais). A pretensão foi compreender não só os aspectos espaciais da edificação, como também as formas de morar propostas pelo movimento moderno. A partir disso, buscou-se também trazer para o centro dos debates a percepção e visão dos moradores e usuários sobre suas vivências, em específico, com a moradia estatal, a partir do relato oral como fonte de pesquisa.

No entanto, verificou-se que a realização de entrevistas<sup>2</sup> com os primeiros moradores do edifício era o instrumento e a metodologia principal, para além de todos os métodos científicos implícitos e citados, constituindo assim um acervo de história oral da edificação; de modo que, além da reconstituição histórica, de projeto, da construção e inserção no mercado do período, a história deste objeto também pudesse ser construída no presente, nas formas de sua apropriação

e uso pelos moradores atuais, resgatadas nas descrições e apropriações afetivas e de pertencimento subjetivo, que de certa forma, imprimem estas memórias.

É importante evidenciar que a concomitância história e memória estão estabelecidas neste trabalho como elementos que buscam esclarecer as objetividades e as subjetividades, respectivamente. Ou seja, o conhecimento da história e a compreensão da subjetividade fazem pensar o que é o ato de memorar e se apropriar dessas memórias frente à condição da marcação do tempo dado pelos objetos históricos. A concomitância história e memória são questões distintas para o campo disciplinar do patrimônio, o que determina a problemática colocada através do Edifício Anchieta, a partir da qual se procurou estabelecer considerações sobre a necessidade de ampliar o conhecimento do objeto e problematizá-lo no campo da salvaguarda e nas novas formas de identificação histórica e de pertencimento. Busca-se então, na alternância citada, o que de fato fundamenta a preocupação da formação do presente condicionado ao passado ainda vigente, como coloca Nora:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9).

Os relatos subjetivos das entrevistas realizadas com moradores condicionam a veracidade das vivências e são pretextos de conferências para com os fatos

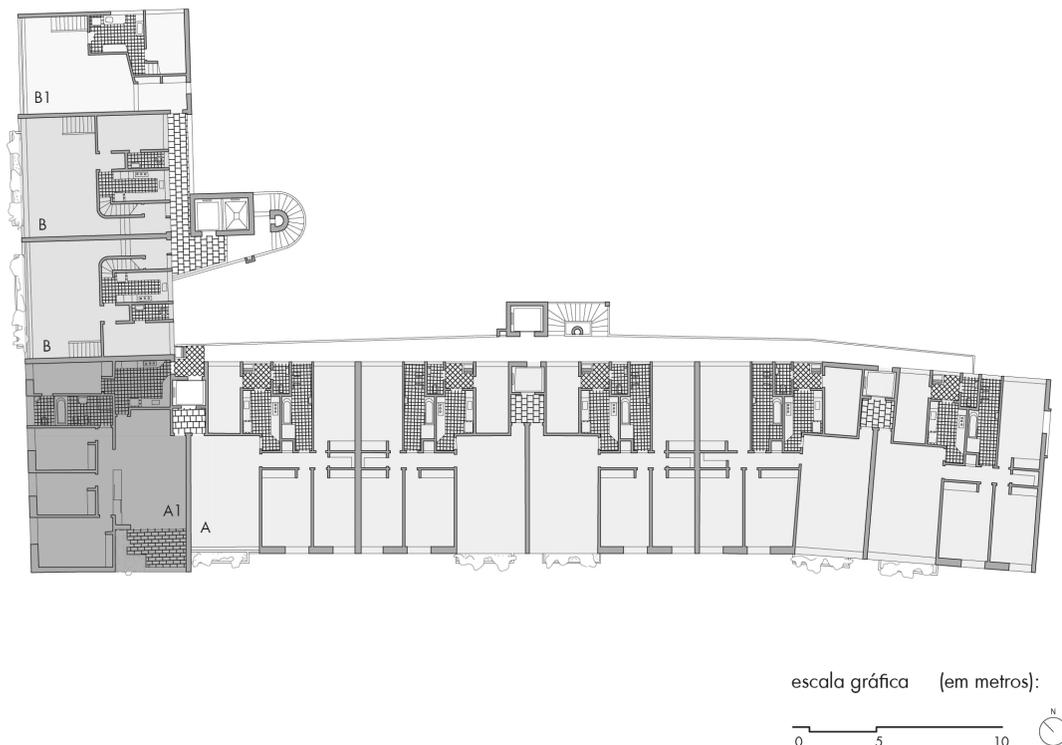
bibliográficos levantados da história do edifício. O presente texto buscou dentro das fontes primárias e secundárias, em conjunto com os materiais produzidos, realizar um estudo minucioso do edifício eleito como objeto de pesquisa. O trabalho realizou uma análise geral da obra segundo as diferentes temáticas permitidas por seu projeto e seu contexto, conforme descrito anteriormente, procurando também compreender como o Edifício se relaciona com a cidade de São Paulo e qual a carga de significados presentes na obra que se prolongaram até os dias de hoje.

## 2. EDIFÍCIO ANCHIETA E O IAPI

O projeto do Edifício Anchieta foi elaborado em 1941 para um terreno de propriedade do Município de São Paulo, de localização privilegiada na Avenida Paulista, entre a Rua da Consolação e a Avenida Angélica. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi o órgão de controle estatal responsável pela elaboração da proposta do edifício e pela sua auto-administração.

O IAPI, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>3</sup>, foi resultado do encontro de diferentes visões e debates sobre a vida dos trabalhadores a partir do Estado Novo. O governo de Getúlio Vargas (1937-45) iniciou o debate sobre habitação social, que estava associada ao projeto nacional-desenvolvimentista e era vista como a reprodução da força de trabalho, constituinte do "homem novo" (BONDUKI, 2011, p.73). A construção estatal de moradia respondia ao impulso econômico através da industrialização e a personificação do trabalhador na imagem política e originou obras de qualidade derivadas de um processo político que pensava também a cidade e a arquitetura e habitação, caracterizados pela lógica do financiamento (BOTAS, 2011). Com o objetivo principal de garantir aposentadorias e pensões da previdência social e também o atendimento à saúde, o IAPI recebeu permissão para atuar no mercado de habitação a partir de 1937.<sup>4</sup>

As ações do IAPI na construção de moradias foram organizadas em quatro planos, nomeados de A a D. Os planos A e B eram destinados aos associados e suas propostas eram voltadas ao aluguel ou



**FIG. 1:**

Pavimento Tipo do Edifício Anchieta.

Fonte: Divisão de Arquivo Municipal de Processos da Prefeitura de São Paulo; Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil. Redesenho da autora.

financiamento da casa própria; já os planos C e D eram indicados aos técnicos e ao alto escalão dos IAP's, e além do aluguel e financiamento habitacional também objetivava a compra.

A Divisão de Engenharia e a Carteira Imobiliária eram os setores especializados do Departamento de Inversões do IAPI e foram responsáveis pelas primeiras obras do instituto. A inversão imobiliária<sup>5</sup> estimulava a construção civil a promover projetos emblemáticos na paisagem das cidades e, de fato, realizou obras que traziam em seu bojo as propostas arquitetônicas e urbanísticas inovadoras do movimento moderno, renovando a construção habitacional (BOTAS, 2011). A edição especial da "Revista dos Inapiários", dedicada ao 5º aniversário do IAPI, publicada em 1942, trazia a listagem das obras finalizadas, em andamento e também os projetos das novas edificações, que totalizavam mais de 33 obras em todo o Brasil, edificadas em apenas cinco anos de exercício do órgão. Na revista, o Edifício Anchieta foi listado como o sexto dos prédios de apartamentos que seriam entregues nos

anos seguintes (REVISTA INAPIÁRIOS, 1942, p.101) e contava com uma descrição dos aspectos principais da edificação (FIG. 1).

O edifício que o Instituto está construindo na Avenida Paulista, na Capital do Estado de São Paulo, é um prédio destinado a renda, com 11 pavimentos. O programa do projeto indica, no 1º pavimento, dois "halls" principais para os acessos aos apartamentos; três lojas tendo, respectivamente, 69, 98 e 75 m<sup>2</sup>; um apartamento para zelador, hall de serviço e uma grande garagem. No pavimento intermediário, entre o 1º e o 2º, existem três sobre-lojas em correspondência com as lojas do 1º pavimento. Fora do corpo do edifício e sobre a cobertura da garage há um play-ground. Nos pavimentos 2º ao 11º, estão localizados os apartamentos em número de 72 e, sobre o 11º, há um grande terraço. Os apartamentos obedecem a quatro tipos diferentes, que podem ser descritos da seguinte forma:

Tipo A: 50 apartamentos com sala, 3 quartos, corredor, banheiro, cozinha, quarto e w.c. de empregados e varanda de serviço, tendo 99,72 m<sup>2</sup> de área útil cada apartamento.

Tipo A1: 10 apartamentos com sala, 3 quartos, corredor, varanda, banheiro, cozinha, quarto e w.c. de empregados e varanda de serviço, tendo 101,02 m<sup>2</sup> cada apartamento de área útil.

Tipo B: 10 apartamentos *duplex*, tendo no 1º pavimento: entrada, sala, cozinha, quarto e w.c. de empregados com 58,80 m<sup>2</sup> de área útil e no 2º pavimento, corredor, 3 quartos, banheiro e varanda de serviço com 49,80 m<sup>2</sup> de área útil.

Tipo B1: 2 apartamentos *duplex*, tendo no 1º pavimento entrada, sala, cozinha e quarto de empregados, com 50,00 m<sup>2</sup> de área útil e no 2º pavimento, corredor, 3 quartos, banheiro, varanda de serviço e w.c. de empregados, com 47,80 m<sup>2</sup> de área útil. (REVISTA INAPIÁRIOS, 1942, p.101).

Embora o Edifício Anchieta pertencesse à categoria A de planos habitacionais, como descrito no periódico (pela posição dos associados), o edifício se destacava entre as demais propostas de sua categoria tanto pelo grande investimento recebido quanto por sua localização em uma região nobre da cidade de São Paulo, e nesse sentido ele revela uma ambiguidade na lógica do IAPI (BONDUKI, 2011). Comparando a produção de conjuntos habitacional em São Paulo no período, como o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo (1938), o Vila Guiomar (1942), o Conjunto Residencial Japurá (1942) e o Conjunto Residencial da Mooca (1946), é clara a notoriedade que o IAPI desejava na cidade de São Paulo, como afirma Nilce Botas:

[...] justifica-se por resultar em sólido patrimônio para o Instituto. Em local bastante valorizado, foi o primeiro edifício vertical da Avenida Paulista. Assinada por arquitetos já reconhecidos nacionalmente por sua veia inovadora, a obra foi uma forma acertada de dar visibilidade ao IAPI na capital paulista, que já era o maior pólo industrial do país. (BOTAS, 2011, p.166).

Segundo as entrevistas realizadas com os moradores que residem no edifício desde seus primeiros anos, ele não foi de fato destinado exclusivamente ao trabalhador industrial. Seus moradores eram de diversas categorias de trabalhadores, havia médicos, comerciantes e servidores públicos como proprietários dos imóveis, dos quais a maioria era alugada ou financiada. O padrão distinto entre o público alvo da maioria das habitações construídas pelo IAPI e o do Edifício Anchieta, comprova que "o IAPI também produziu empreendimentos para a camada mais privilegiada dos industriários, com unidades de grande dimensão e padrão sofisticado", como afirma Nabil Bonduki (2014, p.15).

No Edifício Anchieta, a maioria da moradias foram disponibilizadas para aluguel ou financiamento, como previa o plano A do instituto, mas em alguns casos, não identificados, foi realizada a venda e a quitação dos imóveis no mesmo período. Posteriormente, na transformação dos IAPI's em Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) consolidou-se a propriedade daqueles que mantinham financiamento através da possibilidade de compra definitiva, e foi dada prioridade àqueles que já residiam nos imóveis. Este caso estimulou a revenda das habitações, que resultam habitadas constantemente até os dias de hoje.

### 3. EDIFÍCIO ANCHIETA E OS IRMÃOS ROBERTO

As ações dos IAPI's, e não diferente no caso do IAPI, abriam possibilidades para que a arquitetura pudesse ser usada como um elemento organizador do espaço urbano, visando o uso coletivo com economia e qualidade (BOTAS, 2011). A influência da arquitetura moderna nas origens da habitação social no Brasil contribuiu fortemente para a renovação do pensar arquitetônico quanto a "tipologias de projeto, processos construtivos, implantação urbanística, programas habitacionais e modos de morar", ainda que, diferentemente da Europa, onde as renovações estavam ligadas aos ideais socialistas, no Brasil tais ideias estivessem vinculadas ao desenvolvimentismo (BONDUKI, 2011, p.144).

Com isso, o movimento moderno brasileiro teve a possibilidade de implantar

projetos dentro dos IAP'S dialogando com as transformações do raciocínio arquitetônico que vinham ocorrendo desde o início do século XX. A importância dessas questões fica explícita nas ações e escolhas do IAPI, como, por exemplo, a predileção por arquitetos de destaque para a realização dos projetos arquitetônicos, muitos dos quais ligados ao movimento moderno.

Os projetos dos arquitetos cariocas do escritório MM Roberto, conhecidos por Irmãos Roberto, têm relevância arquitetônica e urbanística destacada na historiografia. Os irmãos Milton, Marcelo e Maurício Roberto<sup>6</sup> foram os responsáveis pelo projeto do Edifício Anchieta, e, como já mencionado, somavam diversos projetos reconhecidos, os quais ilustravam a conformação e reconhecimento de um campo profissional autônomo, carregando o pioneirismo do movimento moderno carioca (SOUZA, 2014). Até a década de 1940, o escritório já tinha realizado a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o edifício do Instituto Resseguros e o Aeroporto Santos Dumont, todos no Rio de Janeiro, projetados e construídos no mesmo período do Edifício Anchieta na cidade de São Paulo, o qual assumiu algumas particularidades, como ser o primeiro edifício vertical e habitacional da Avenida Paulista.

Os Irmãos Roberto assumiram a oportunidade de projetar o Edifício Anchieta com os princípios da arquitetura moderna, adotando elementos característicos do ideário corbusiano, como o uso de pilotis, teto jardim, fachadas livres e janelas horizontais. Nas palavras de Brito: "O equacionamento dos usos, a diferenciação dos espaços e o minucioso detalhamento com jogos de cores representam as características marcantes do trabalho dos Irmãos Roberto" (BRITTO, 1994, p.67). No Edifício Anchieta, o volume determinante da massa do edifício junto a uma pequena angulação na fachada indica a quebra da ortogonalidade relacionada à sua implantação, em contrapartida ao desenho do terreno, que traduz também uma das simbologias do trabalho dos arquitetos, vistas em alguns edifícios como o Marquês de Herval (1952), o Residencial Dona Fátima e Finúcia (1951) e o Edifício-Sede da Companhia Seguradoras (1949).

O Edifício Anchieta estabelece uma relação visual de característica marcante

em relação a sua massa construída e com o tecido urbano a sua volta. A aparição dessa massa no cruzamento das diferentes vias de encontro, no fim da Avenida Paulista com a Rua da Consolação, indica ainda a importância da sua construção. Sua implantação previa a ocupação do térreo e das sobrelajes, privilegiando o convívio coletivo dado através dos afastamentos do lote, que propiciou ao projeto amplos e agradáveis jardins (EDIFÍCIO ANCHIETA..., 1979, p.9). Para os irmãos, além da usual responsabilidade dos arquitetos com o desenho do edifício, o projeto deveria procurar atuar em benefício da cidade e de seus habitantes, isso porque os Irmãos Roberto faziam parte do grupo de profissionais que acreditavam que a arquitetura possuía uma função social:

Assim, parece haver certo abandono do conceito do edifício composto como uma figura estática e surge, em seu lugar, a noção do dinamismo. O edifício deveria dialogar de maneira mais intensa com o cidadão, que o observaria por ângulos diversos de acordo com seu caminhar, a provocar sensações, a emocionar. (SOUZA, 2014, p.90).

A notoriedade do edifício teve início antes mesmo da sua construção, por meio de um anúncio publicitário publicado na "Revista Inapiários", em fevereiro de 1942, prestando honras aos arquitetos. A publicidade enfatizava a autoria do projeto — "Marcelo Roberto e Milton Roberto — arquitetos; Maurício Roberto — ENBA" —, e sublinhava-o como "propriedade do IAPI" (p.24)<sup>7</sup>. O desenho publicado no periódico, uma perspectiva desenhada à mão livre, já assinalava as dinâmicas das fachadas dadas pelas mudanças de planos, nele também apareciam a diversidade no projeto das esquadrias e como estava pensada a marcação da estrutura construtiva, visível nas elevações da edificação. Também é possível verificar o destaque dos arquitetos em uma reportagem publicada no periódico "Correio Paulistano", em agosto de 1941, que anunciava a chegada de Marcelo Roberto na capital paulista, ao mesmo tempo em que destacava a construção de um "moderníssimo" prédio de apartamentos na região da Avenida Paulista (CHEGA HOJE... 1941, p.4).

Os primeiros trabalhos dos Irmãos Roberto foram os concursos públicos para a Sede da ABI e o Aeroporto Santos Dumont, o que demonstra o empenho e a competência desses profissionais. As demandas, tanto públicas quanto privadas, cresceram impulsionadas em grande medida pelo prestígio alcançado após essas importantes obras públicas, atraindo, principalmente como clientes, administrações governamentais, interessadas em obras de valor simbólico para o país (SOUZA, 2014). Nesse sentido, a qualidade do projeto realizado para o Edifício Anchieta revela que o escritório não atuava de forma diferente em função do perfil de suas demandas, dedicando igual atenção aos desenhos de uma habitação social e aos projetos públicos de grande porte (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)<sup>8</sup>.

O destaque alcançado pelos aspectos formais é um ponto fundamental da história do Edifício Anchieta, uma vez que motivou — e motiva até os dias de hoje — a vontade de habitar no edifício, como colocou a moradora que reside no Anchieta há 36 anos: "...eu ia de bonde para o centro da cidade estudar e já namorava esse prédio! Então eu passava em frente e dizia: 'Ah que bonito esse prédio!'. Ele era tão diferente." (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)<sup>9</sup>. E a moradora não hesitou em comprar quando surgiu a primeira placa de "vende-se." De fato, o edifício era diferente, não só pelo desenho dinâmico do pavimento térreo ou pelo dinamismo de sua fachada, promovido pelos diferentes tipos de esquadrias, mas pelas suas plantas ou sua generosa disposição interna, que agrada seus moradores há mais de 30 anos.

Os 72 apartamentos, de tipologias *duplex* ou de piso único, possuem pé direito de 3,20 metros, um dos itens que garantem uma moradia mais agradável. Cômodos amplos, bem ventilados e iluminados são resultado dos estudos sobre conforto térmico — bastante característicos do movimento moderno — e confirmam a reconhecida qualidade das obras dos irmãos. A área social das habitações é generosa, assim como o projeto foi feliz na disposição e dimensionamento das áreas de serviço, partilhada em três zonas, cozinha, área de serviço propriamente dita e quarto e banheiro para empregado doméstico. O cuidadoso projeto dos apartamentos

também previu os espaços dedicados a armários, maleiros e bancadas. Em relação a áreas coletivas para os moradores, o edifício foi projetado com um grande terraço jardim, tirando proveito da ampla abertura visual que permite visualizar a Avenida Paulista inteira, além de parte do bairro do Pacaembu e do centro da cidade.

É visível no projeto, portanto, que o cuidado em sua elaboração ultrapassou os aspectos plásticos e atentou para a funcionalidade da edificação. O rigor construtivo foi um aspecto de peso nas escolhas e decisões projetuais de todos os trabalhos do escritório, composto por profissionais atentos e habilitados para as mais recentes técnicas e os novos materiais fornecidos por uma indústria civil nascente, ainda em processo de desenvolvimento naquele período (SOUZA, 2014). O empenho dedicado às questões construtivas, plásticas, funcionais e sociais são aspectos que valoram os projetos dos Irmãos Roberto e, portanto, destacam o Edifício Anchieta do conjunto edificado na cidade naquele período.

#### 4. EDIFÍCIO ANCHIETA E A CIDADE

Foi em meados dos anos 1940 que a cidade de São Paulo ganhou efetivamente os aspectos de metrópole, período em que também assumiu o posto de maior centro industrial da América Latina. A aceleração do processo de industrialização no país, ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, alterou as dinâmicas socioespaciais, visíveis nos novos índices populacionais e nos destinatários dos incentivos políticos, questões que impactaram o plano urbano de cidade e que, em conjunto com diversos outros fatores, acabaram por intensificar o processo de verticalização (SOUZA, 1994).

Essa tendência em São Paulo foi associada ao desenvolvimento urbano — do qual se tornou símbolo — e em poucos anos transformou a feição da cidade. Além da verticalização, as principais alterações dos aspectos urbanos de São Paulo naquele período foram: a expansão da mancha urbana através dos loteamentos e crescimento dos bairros adjacentes ao centro, a implantação de novas vias e a proposição de novos usos nas edificações, trazendo para a cidade de São Paulo

novas oportunidades de desenvolvimento comercial, industrial e financeiro.

Em São Paulo foi possível observar uma contínua substituição das áreas residências por atividades comerciais e de serviços e uma sobreposição das atividades nas regiões centrais, características estas do desenvolvimento de cidades industriais. A expansão da cidade se configurou através do pensamento empreendedor, que foi buscar apoio no poder público para ocupar novos espaços ou readequar os antigos às novas relações de produção, no sentido de renovar o potencial de investimento imobiliário e de negócios nas metrópoles (FRUGOLI JR., 2000).

A Avenida Paulista é um exemplo das rápidas transformações nas dimensões e feições dos tecidos urbanos determinadas pelo movimento de expansão da cidade. A abertura da avenida, em 1891, demonstra o início da expansão da mancha urbana a partir do centro, com uso estritamente residencial. A avenida foi marcada pela construção de imponentes casarões pertencentes à elite paulistana. O recebimento dos grandes investimentos públicos de infraestrutura como a circulação do bonde elétrico, a implantação do sistema de iluminação elétrica e a construção da pavimentação são exemplos de investimentos que foram realizados para atrair a elite da população.

O caráter residencial da Avenida Paulista permaneceu até 1952, quando a legislação de zoneamento que definia a avenida como "Zona estritamente residencial" foi revogada. Mesmo que a avenida tenha permanecido com o uso residencial determinado por muitos anos, é notável a implantação de equipamentos públicos — como o Parque Trianon (1892) e sua reforma (1916) — e os investimentos de infraestrutura já citados, os quais evidenciam a sobreposição e o deslocamento contínuo das atividades urbanas nesta área de expansão da cidade.

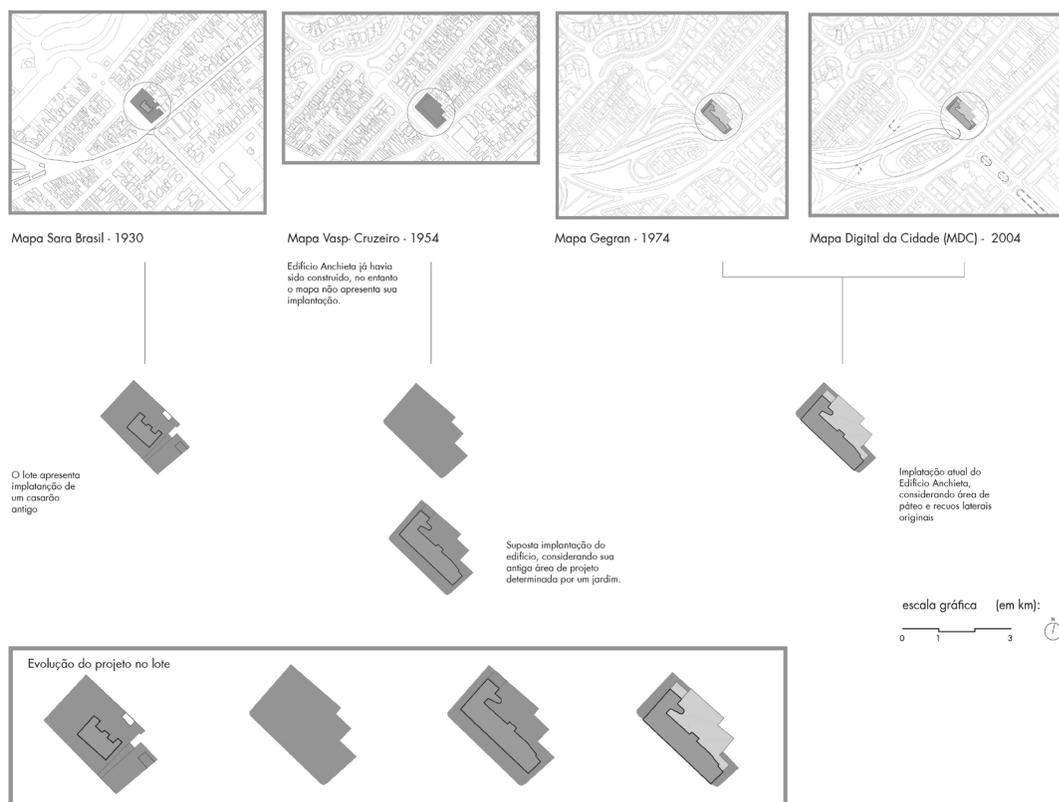
No entanto a velocidade das transformações da avenida é notada no processo de verticalização, que acelerou efetivamente na década de 1950, permitindo outros usos e estimulando a instalação de setores institucionais e de serviços na avenida, tanto por meio de novas construções quanto através da adaptação de edificações já existentes. A mudança de legislação e consequente transferência

de empresas, bancos, comércio, museus e órgãos públicos para a Avenida Paulista, tencionava o centro tradicional, que se esvaziava à medida que a região da avenida começava a se configurar como uma nova centralidade. A Avenida Paulista foi cada vez mais se consolidando como espaço simbólico da, e para, a cidade, onde a verticalização e as políticas rodoviaristas podem ser consideradas indicativos ou resultados (FRUGOLI JR., 2000).

O Edifício Anchieta assistiu a crescente redefinição espacial da Avenida Paulista colocada pelas transformações dos padrões de uso e ocupação do solo, assim como foi pioneiro na apresentação das novas relações urbanas e nas novas formas de morar, demonstradas na construção arquitetônica e pelo local valorizado de sua implantação, ações que foram justificadas na decisão tomada pelo IAPI dentro da produção habitacional, como já citado anteriormente.

No entanto, com o tempo, o edifício também foi objeto direto das transformações da Avenida Paulista. A remoção do recuo frontal do edifício — para o alargamento da avenida e para a construção do túnel de ligação entre as avenidas Paulista e Dr. Arnaldo, o Complexo Viário Doutor Antônio Bias da Costa Bueno (1971) —, antes ocupado por um jardim que havia sido desenhado em conjunto com a edificação, foi considerada a maior perda do projeto original. O jardim ocupava a entrada principal de pedestres do edifício e possuía uma marquise que destacava o final da Avenida Paulista (FIG. 2). Desta forma, a disposição dada pelo alargamento das vias, a implementação das duas linhas do metrô (Linha 2 verde e Linha 4 amarela), o corredor de ônibus, que ainda transporta alguns itinerários do antigo bonde, e a nova ciclovia, intensificam o processo de valorização das unidades do Edifício Anchieta na cidade atual, como destaca a moradora que optou pela facilidade cotidiana: "foi uma escolha mesmo assim, você quase não precisar de carro, e tem acesso a tudo que você precisa até hoje..." (informação verbal, 2015)<sup>10</sup>.

A metropolização das décadas anteriores influenciou a formação cultural da cidade, à medida que ela passa a ser local de referência para as diversas demandas de classes sociais, acadêmicas e profissionais. A cidade de São Paulo, atrelada à



**FIG. 2:**

Mapeamento evolutivo do lote.

Fonte: PMSU SMUL (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento) — GeoSampa. Redesenho da autora.

atmosfera do movimento moderno, definia a pluralidade paulista que se construiu a partir na década de 1950. Como sede do experimentalismo vanguardista, da constituição das organizações de cultura e da institucionalização da vida universitária impulsionou o conjunto de novas produções nos campos artístico, literário, arquitetônico, teatral, cinematográfico e também nas ciências sociais na cidade (ARRUMADA, 2001).

A motivação dada pela inauguração do MASP, em 1968, que determinou um novo centro de atração cultural na cidade de São Paulo, somado ao funcionamento do sofisticado Bar Riviera, no térreo do Edifício Anchieta, e o funcionamento do cinema Belas Artes, constituíram um ativo circuito social de grande importância da esquina da região e da cidade. A Rua da Consolação, ainda estreita e com trilhos de bonde, possuía uma calçada bastante espaçosa, por onde se espalhavam mesas e cadeiras, de onde se contemplava o antigo jardim

(AZZI, 2010). As transformações da cidade impactaram o bairro, que era pacato, como, por exemplo, com o movimento decorrente da implantação dos cinemas Ritz e Belas Artes, na Rua da Consolação, e do Magestic, na Rua Augusta, que movimentavam o circuito de cinemas na região.

O Edifício Anchieta locou espacialmente o Bar Riviera, com posição estratégica em uma das esquinas mais importantes da cidade — esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação —, o que rendeu boas histórias. Espaço inaugurado em 1949, o bar recebia frequentemente famílias, no geral, e mulheres que moravam na vizinhança, já que, o estabelecimento exercia inicialmente a função de salão de chá. Logo as transformações da cidade impactaram o bar, que foi incorporado ao imaginário paulistano por suas vivências. O Riviera foi palco de conversas e calorosas discussões políticas e estudantis, de alianças de partido, palco para música e cenário de fatos marcantes, como a festa de Chico

Buarque de Holanda em comemoração à vitória de "A Banda" no Festival da Canção de 1966 (PERRONE, 2004).

O Riviera virou música de Sá, Rodrix e Guarabira, e dizem que a caminho do bar Jorge Mautner e Gil inventaram o Maracatu atômico. Seus tijolos de vidro denunciavam o amanhecer aos últimos clientes que contornavam os grandes pilotis centrais, com a escada curva que levava ao escuro mezanino, um espetáculo à parte. O bar, foi espaço cênicos de alguns dos melhores dramas e comédias da noite paulistana. (PERRONE, 2004, s.n.)

O bar recebeu cartunistas, artistas, autores, autores teatrais, cantores, compositores, professores, arquitetos, jornalistas, cineastas, curadores, tropicalistas e sambistas, cidadãos todos do início de uma metrópole (PERRONE, 2004). Desta forma, o Edifício Anchieta escreveu uma narrativa de vivências e memórias na cidade; sua importância na história urbana e social é marcante e fez parte da formação do caráter paulistano que, somado às transformações do tempo, conformou a pluralidade existente nos dias de hoje.

## 5. USOS DA MEMÓRIA

O Edifício Anchieta tem importância em diferentes escalas da vida urbana de São Paulo. O seu desenvolvimento como moradia, sua expressividade plástica — representativa do movimento moderno — e as possibilidades de vivência social, do morar e do frequentar, são relevantes na história do edifício. No entanto, a linguagem moderna é hoje pautada timidamente na história contemporânea em processo na cidade e coleciona as duras marcas do tempo.

Compreender a arquitetura moderna a partir da degradação que se instaura através do tempo é contraditório quando se pensa as premissas que objetivaram tais efeitos (NASCIMENTO, 2011). No entanto, para compreender o Edifício Anchieta para além das questões materiais buscou-se, observando o recorte dado por este, aproximar a valoração do contexto marcado por sua implantação e pelas

vivências que foram proporcionadas ao longo do tempo, sendo as memórias, os relatos e os materiais neste trabalho levantados os sinais mais notórios da historicidade. Por esse motivo, considerou-se relevante problematizar a preservação do objeto arquitetônico, articulando as questões da memória e da história urbana, com um esforço de pesquisa para discutir sua salvaguarda e novas formas de reconhecimento e pertencimento de um bem, além das metodologias e lógicas aplicadas pelos órgãos patrimoniais.

A trajetória do patrimônio no Brasil é institucionalizada nos anos 1930, durante o Estado Novo, sob o contexto cultural renovador dos movimentos modernistas, sob o governo autoritário e apoiado em slogans como "indivíduos coletivos" e "homem novo". Nesse contexto se deu a criação do SPHAN em 1937, órgão estruturado por arquitetos modernistas com a finalidade de constituição de uma identidade nacional por meio de edificações como observa Cecília Fonseca:

Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação. (FONSECA, 2004, p.35).

Foi ao contextualizar as práticas patrimoniais atuais que se viu a necessidade de discussão das formas e métodos adotados atualmente no Brasil, os quais pouco se aproximam ou mesmo exercem a escuta e a decodificação subjetiva. De acordo com a historiografia do patrimônio<sup>11</sup> são perceptíveis momentos diversos da trajetória dos órgãos de patrimônio — com ênfase no Iphan —, cujo objetivo principal era a construção de uma identidade nacional pautado basicamente em contextos estéticos-estilísticos, comprovando assim a problemática vigente.

Ainda assim, é considerável o pensamento sobre a democratização dos processos de preservações e tombamentos, principalmente pelo enraizamento das normativas e técnicas ainda empregadas nos dias de hoje, distanciando-se da participação social. E no caso da arquitetura moderna é possível verificar ainda que:

A arquitetura moderna brasileira enquanto patrimônio está diretamente envolvida nos posicionamentos teóricos nacionais da história da preservação, cujo protagonistas eram os mesmos. Os processos seletivos e de atribuição de valor são tributários das práticas patrimoniais, fundadas em critérios estéticos-estilísticos estabelecidos pela narrativa arquitetônica. A preservação do moderno edificado desde os primeiros momentos do lphan foi guiada e respaldada pela história da arquitetura dita canônica, cuja afirmação assumiu sentido de batalha intelectual. (NASCIMENTO, 2011, p.71).

No entanto, a questão evidenciada atinge de forma diferente as habitações sociais e de caráter modernista, objetos pouco contemplados na seleção de exemplares representativos de salvaguarda nos dias de hoje por ações patrimoniais. Mesmo que os projetos habitacionais modernos construídos tenham sido parciais diante da totalidade das propostas políticas habitacionais até os dias de hoje (BONDUKI, 2011), vê-se a importância da documentação destes exemplares para além do seu aspecto arquitetônico em si. É válido considerar as possibilidades de vivência social e os relacionamentos do objeto com o meio urbano — não isolado do lote, que carregam significados importantes para a história da cidade.

O Edifício Anchieta se enquadra nessa problemática, em que, embora de caráter modernista, seu contexto histórico-político e, ainda, seu uso residencial e a degradação física expõem um certo distanciamento para a elegibilidade à patrimônio dentro dos parâmetros e métodos ainda utilizados nos dias de hoje. Ao verificar a esfera habitacional e a defasagem no campo do patrimônio quanto à preservação física destes exemplares, pode-se compreender que, de fato, os “valores

nacionais impressos na materialidade são ressignificantes e os critérios meramente estético-estilístico não endereçam com propriedade as aspirações de memória e identidade demandadas pela sociedade.” (NASCIMENTO, 2011, p.211).

Tratar o objeto como patrimônio reforça a “construção dos sentidos da habitação social no âmbito da história da arquitetura nacional” (NASCIMENTO, 2011, p.203), e valorar a produção habitacional é um meio de atribuir significado ao modo de vida do trabalhador na cidade, constituindo por si possibilidades de memórias, as quais constroem fortemente as narrativas atreladas à vida urbana. Destacamos que é necessário o reconhecimento do sujeito — habitante — como formador de memória. É urgente também manter uma atitude crítica em relação às premissas que orientam a atividade no campo do patrimônio, “que acaba por se desgastar, se banalizar ou se perder” (MENESES, 2009, p.26). Desta forma, citar o contexto dos órgãos patrimoniais não é negar os valores por eles propostos. De fato, existe a partilha e ela deve continuar existindo, como disseminação de conhecimento, sem a qual não seria possível escrever a história do Edifício Anchieta, por exemplo. No entanto, a discussão sobre as condições patrimoniais no contexto da trajetória do lphan versus as condições que justificam a importância da subjetividade confirmam que o comportamento no espaço e no tempo, descontínuo ou em regra, não vive excluído do cotidiano e do trabalho, contextos que determinam o cidadão e sua existência enquanto habitantes de um lugar.

O cidadão é produtor de história a todo o tempo. Cabe assim questionar como reconhecer, se possível guardar e documentar, novas histórias e memórias sob uma camada já decodificada, o lugar tombado ou preservado ou qualquer outro que esteja em vias de ser tombado. Acredita-se que o potencial de mediação dá-se somente por interlocutores locais, tendo como necessidade compreender a urgência de um equilíbrio entre tempo, patrimônio e cotidiano. A memória é uma intimidade que, no espaço público comum e partilhado, é capaz de traduzir o encontro do espaço edificado com as relações sociais. O ato de rememorar algo e partilhá-lo é uma forma de estabelecer laços de pertencimento para além da história.

A atribuição de valor ao Edifício Anchieta nesse esforço de pesquisa deu-se pelas diversas vertentes (formal, cognitiva e afetiva) (NASCIMENTO, 2011), no entanto, é importante ressaltar que sem a documentação do relato oral dos residentes, os quais de alguma forma comprovam a confiabilidade da cronologia pela concordância ou discordância — na apresentação dos fatos levantados tecnicamente por meio científico — sobre o objeto estudado, não seria possível costurar valores além da materialidade e das documentações empregadas para a construção do raciocínio.

Conclui-se que a urbanidade dá-se também dentro do objeto edificado e principalmente nas conformações da vivência do mesmo. Com isso, é certo que o espaço é passível de um passado a ser atribuído em sua materialidade, constituindo-o como um possível lugar de memória na cidade de São Paulo atualmente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O andamento do trabalho indicou caminhos para diferentes áreas do conhecimento da arquitetura, assuntos conhecidos ou pouco debatidos, mas que, a partir de uma metodologia dada por coleta de dados de fontes primárias e secundárias, redesenho da edificação, comparação e documentação do registro oral, rumou para um modelo de estudo que possibilita a réplica do formato aqui utilizado para estudar outros objetos, isolados ou não da arquitetura; um método que permite identificar reconhecimentos, as afetividades e as noções de pertencimento com elementos ou com a própria cidade.

O objetivo principal da pesquisa foi realizar um estudo histórico do Edifício Anchieta, contemplando-o enquanto produção arquitetônica moderna de um determinado período, organizando as importâncias e desdobramentos da arquitetura do edifício no desenvolvimento da cidade de São Paulo e a contribuição para a bibliografia dos trabalhos dos arquitetos Irmãos Roberto. Desta forma, o estudo fez referência não só à história cronológica, mas, principalmente, à história em curso, dado o anseio em discutir um edifício não preservado por uma instituição

governamental, objetivando uma discussão dentro do campo do patrimônio, sob novas formas de reconhecimento e pertencimento. O contato prático e presencial com o objeto construído, para além da bibliografia temática e de documentações, periódicos e iconografias, possibilitou a aproximação com os moradores, cujas entrevistas permitiram o levantamento das memórias, logo, comprovando que as memórias se dão no tempo presente. E, por isso, buscou-se traçar o início de uma história atrelada ao imaginário e às memórias, construindo o que será contado como história urbana e social, em antecipação aos órgãos institucionais de preservação, possibilitando o reconhecimento da história recente da cidade de São Paulo.

Por fim, pode-se compreender no exercício da pesquisa que os habitantes se reconheceram como peças importantes da narrativa urbana, e, para além disso, afirmam a condição afetiva criada ao longo dos anos de suas vivências no edifício e que, embora as instituições ainda não salvaguardem o edifício e a sua narrativa histórica, eles são os responsáveis pelo ato de preservação em divulgação do conhecimento e da experiência vivida.

---

## NOTAS

1. O grupo de pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil é um grupo criado pelo Prof. Dr. Nabil Bonduki a partir de sua tese de doutorado fundamentada nos estudos das "Origens da Habitação Social no Brasil", no qual faz uma análise histórica da habitação popular no país no período que precede a ditadura militar. Este grupo e este trabalho tiveram colaborações de outros professores e pesquisadores, reunindo documentação e acervo inéditos sobre a habitação social no Brasil, que resultou posteriormente na publicação dos livros: "Os pioneiros da habitação social v. 1" e "Os pioneiros da habitação social v. 2". (BONDUKI, 2014).

2. As entrevistas foram utilizadas como fonte primária neste artigo. As citações diretas das transcrições no decorrer do texto não possuem identificação para a preservação dos relatos orais e das identidades dos moradores.

3. Informação descrita no alvará original de construção com data de 1941, disponível no Sistema Municipal de Processos de São Paulo.

4. Decreto Lei nº. 1749, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

5. Inversão imobiliária é um termo da bibliografia das políticas habitacionais que faz referência à ferramenta de capitalização de recursos para a promoção da habitação social de acordo com os planos estipulados pelos institutos governamentais.

6. Maurício Roberto entrou para o escritório no período da construção do Edifício Anchieta, quando ainda era estudante da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de

Janeiro (ENBA), só a partir de sua formação o escritório passou a se chamar MMM Roberto.

7. Descrição do informe publicitário contido na Revista Inapiários, Rio de Janeiro, n. 46, p. 24, fev. 1942.

8. Depoimento de Márcio Roberto, filho de Maurício Roberto (DE PAULA, 2014).

9. Depoimento de moradora, cuja identidade está preservada (DE PAULA, 2015).

10. Depoimento de moradora, cuja identidade está preservada (DE PAULA, 2015).

11. Ver os trabalhos de Cecília Fonseca, O Patrimônio em Processo, 1997; Márcia Chuva, Os Arquitetos da Memória, 2009; Silvana Rubino, As Fachadas da História, 1991; Ulpiano Meneses, O Campo do Patrimônio Cultural, 2009; Flávia Brito do Nascimento, Bloco de Memórias, 2016.

---

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura**. São Paulo no meio século xx. Bauru: Edusc, 2001.

AZZI, Isabela Romano. **Roteiros de arquitetura moderna e restauração do Bar Riviera em São Paulo**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010. Orientada por: Helena Aparecida Ayoub Silva.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os pioneiros da habitação social**. Volume 1: Cem anos de políticas públicas. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os pioneiros da habitação social**. Volume 2: Inventário da produção pública no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. **Entre o processo técnico e a ordem política**: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. 2011. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Decreto nº1.749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 28 jul. 1937.

BRITTO, Alfredo. O espírito carioca na arquitetura. MMM Roberto. **AU — Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.52, p. 67-78, seção Documento, fev.-mar. 1994.

CHEGA HOJE a S. Paulo o arquiteto Marcelo Roberto. **Correio Paulistano**, terça-feira, 5 ago. 1941, folha 4.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DE PAULA, Rebeca. **Entrevista**: Márcio Roberto. Transcrição de entrevista concedida ao projeto de iniciação científica. Rio de Janeiro, dez. 2014

DE PAULA, Rebeca. **Entrevista**: depoimento de uma moradora do Edifício Anchieta. Gravação em áudio concedida ao projeto de iniciação científica. São Paulo, jul. 2015.

EDIFÍCIO ANCHIETA/1941. **A construção São Paulo**, São Paulo, n. 1619, São Paulo, fev. 1979, p.09.

FONSECA, Maria Cecília Lopes. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo**. Trajetórias, conflitos e negociações a metrópole. São Paulo: Cortez, Edusp, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.

Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. v.1. In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.

MEYER, Regina. **Metrópole e urbanismo**: São Paulo anos 50. 1991. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Bloco de memórias**: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 2011. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A casa, o conjunto e a cidade**: domesticidade e formas de morar na habitação social moderna brasileira, 1937-1964. Projeto de pesquisa. São Paulo: Mimeo, 2012. No departamento de inversões. **Revista dos Inapiários**, Rio de Janeiro, n.56, dez. 1942, p.101.

NORA, Pierre; AUN KHOURY. Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemáticos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s.L.], v.10, dez. 1993. Disponível em: <revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PERRONE, Carlos. **São Paulo por dentro**: um guia Panorâmico Arquitetônico. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

Publicidade. **Revista dos Inapiários**, Rio de Janeiro, n.42, p. 24, fev. 1942.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1991.

SÃO PAULO. Sistema Municipal de Processos (SIMPROC) — alvará de licença e autorização de construção, São Paulo. 1941.

SOUZA, Edison Eloy de. **Arquitetura da Avenida Paulista 1891**: 120 anos. 1. ed. São Paulo: Amplitude Editora, 2011.

SOUZA, Luiz Felipe Machado Coelho de. **Irmãos Roberto Arquitetos**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

\_\_\_\_\_. Irmãos Roberto, fenômeno ou continuidade? **Docomomo**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/116.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1994.

---

## SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade em 2017.

rebeca\_domiciano@yahoo.com.br